



O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2011

João Paulo Avelãs Nunes

Foi com satisfação que, na qualidade de investigador e docente do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, recebi o convite do Conselho Cultural da Universidade do Minho para integrar o Júri de 2011 do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea. Para além da possibilidade de colaborar com a Universidade do Minho, trata-se de homenagear o percurso de Victor de Sá enquanto intelectual e enquanto opositor ao Estado Novo.

Agradeço, também, ao Prof. Doutor José Viriato Capela e ao Prof. Doutor António Ventura a possibilidade de proferir algumas palavras acerca do modo como o Júri encarou os trabalhos concorrentes ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea de 2011. Não deixa, entretanto, de ser significativo que se comemore em 2011 o vigésimo aniversário da instituição daquele que se tornou no mais importante prémio de história contemporânea atribuído em Portugal.

Já sob a forma de texto publicado ou ainda em versão policopiada, de âmbito apenas historiográfico ou de cariz interdisciplinar, o Júri do Prémio de 2011 apreciou dezanove textos. Face à quantidade e à qualidade dos trabalhos submetidos, decidiu-se nomear um vencedor e atribuir, ainda, três menções honrosas. O texto *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal (1964-1974)*, de Miguel Cardina, foi unanimemente escolhido como vencedor. As três menções honrosas resultaram de decisões por maioria.

Em termos quantitativos, a grande maioria dos dezanove textos em apreço eram teses de doutoramento ou de mestrado. Se uma percentagem significativa desses trabalhos resultou da aplicação de conceitos e metodologias essencial ou exclusivamente historiográficos, outros decorreram do correlacionamento entre a história contemporânea e diferentes áreas de saber (das humanidades e das ciências ou tecnologias sociais). Mau grado o predomínio dos projectos de investigação concretizados em universidades de Lisboa, encontramos, igualmente, textos elaborados no âmbito de unidades orgânicas e/ou de unidades de investigação das universidades de Coimbra, Minho e Porto.

Vencedor do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2011, Miguel Cardina estudou a evolução do ideário e das organizações maoístas em Portugal de meados da década de sessenta ao Golpe Militar e, depois, Revolução de 25 de Abril de 1974. Em *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*, Alexandra Esteves analisou fenómenos de violência e as respectivas modalidades de enquadramento institucional, no Alto Minho, da primeira metade do século XVIII ao terceiro quartel do século XIX. No trabalho *Os outros... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença*, Cláudia Ribeiro de Castro considerou a maior instituição portuguesa de apoio a e controlo de crianças e jovens “em risco”.

No trabalho *Portugal e Israel: a política externa portuguesa face à criação de Israel (1946-1953)*, Daniel Cravino Marques estudou a reacção do Estado Novo chefiado por António de Oliveira Salazar à estruturação do Estado de Israel. Em *Fafe. Estudos de história contemporânea*, Daniel Bastos considerou a evolução do município e das elites concelhias de Fafe nos séculos XIX e XX. David Mourão Ferreira Castaño analisou no trabalho *Mário Soares e a transformação democrática (1974-1976)* o pensamento e a actuação daquele dirigente socialista durante o período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974.

Fernando Pimenta considerou, no texto *Elites e poder municipal no Portugal rural. Soure da Monarquia à República*, a evolução do município e das elites concelhias de Soure desde a Revolução Liberal até ao Golpe Militar de 28 de Maio de 1928. Na obra *O botequim do vago-mestre. Política e sociedade na Guimarães oitocentista*, Francisco Brito estudou a sociabilidade das elites de Guimarães no século XIX. Em *Saber e poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal*, Federico Águas analisou o papel da sociologia no processo de caracterização e modernização do mundo rural português nas primeiras décadas do século XX.

No texto *Feiras minhotas portuguesas: estratégias de resiliência frente aos impactos do mercado global (1986-2007)*, Giovanna Araújo considerou aquele fenómeno socioeconómico, espaço de intersecção entre mundividências pré e pós-capitalistas. Joana Damasceno analisou, em *Museus para o povo portugueses*, as implicações na actividade museológica da forma como o Estado Novo geriu a “cultura popular” e as “identidades regionais”. Adoptando uma postura mais proselitista do que historiográfica, no texto *História das aparições de Nossa Senhora Fátima e o Portugal do seu tempo (1917-2017)* José António Ribeiro de Carvalho propõe uma leitura de vivências religiosas católicas entre a Primeira República e os nossos dias.

Em *Marcello e Spínola: a missão do fim*, Márcio Barbosa estudou o relacionamento do segundo “chefe” do Estado Novo com um dos mais destacados oficiais das Forças Armadas numa conjuntura de “guerras coloniais”, de contestação à liderança e de potencial desagregação do regime ditatorial. Marta Macedo analisou, no trabalho *Projectar e construir a Nação: engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*, o papel dos engenheiros enquanto elite nuclear do processo de modernização do território (da região do Douro), do aparelho de Estado e da “sociedade civil” portugueses. No texto *Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica (1968-1970)*, Paulo Ferreira considerou a generalização de mundividências de oposição ao Estado Novo no final da década de 1960 e início dos anos setenta.

Por sua vez, Raquel Varela procurou caracterizar em *A história do PCP na Revolução dos Cravos*, quer os objectivos e a actuação dos comunistas portugueses face ao 25 de Abril de 1974 e durante o PREC, quer o respectivo

enquadramento internacional. No trabalho *A ideia de decadência nacional em Fialho de Almeida*, Ricardo Revez analisou o percurso biográfico e o pensamento de Fialho de Almeida num contexto – pós Ultimato Britânico – de crise (diplomática e política, financeira e económica, social e cultural) e de percepção de “fracasso” ou “decadência”. Em *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*, Ricardo Noronha considerou os bastidores políticos, sindicais e empresariais do processo de nacionalização da banca privada portuguesa depois da Revolução do 25 de Abril de 1974. Finalmente, Sílvia Correia estudou, no trabalho *Políticas de memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933). Entre a experiência e o mito*, a forma como, até ao início do estado Novo, instituições públicas e organizações da “sociedade civil” estruturaram e instrumentalizaram a memória do período da Primeira Grande Guerra.

O número de textos apresentados e a qualidade patenteada pela generalidade dos mesmos justificam, igualmente, a explicitação de algumas reflexões acerca da actual situação em Portugal, tanto da historiografia – das ciências e tecnologias sociais em geral –, como dos jovens investigadores que trabalham nesta(s) área(s) de saber. Apesar dos interditos estabelecidos até 1974 pelo regime ditatorial e das limitações associadas à relativa escassez de meios garantidos em democracia, nas últimas décadas as instituições de ensino superior e as unidades de investigação têm conseguido fomentar o desenvolvimento da investigação em história contemporânea, ampliar os vectores de ligação às comunidades de historiadores de outros países, promover a divulgação da produção científica concretizada.

Tanto ou mais do que em períodos anteriores, na conjuntura actual o problema da eventual ausência de utilidade social do conhecimento historiográfico não decorrerá, pois, da incapacidade dos investigadores portugueses e das respectivas instituições de enquadramento para cumprirem a sua função. Os bloqueios resultariam, sobretudo, da quase ausência de interesse do aparelho de Estado e da “sociedade civil” em rentabilizar o conhecimento científico produzido, em promover parcerias que visem encontrar soluções tecnológicas derivadas da história contemporânea, em facilitar o acesso generalizado aos resultados dos projectos de investigação concluídos.

Dramática é, no entanto, a situação vivida por muitos dos jovens investigadores em história contemporânea – em história e noutras ciências sociais – que têm obtido formação pós-graduada em Portugal (ao nível de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) no âmbito de unidades de investigação financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e por outras entidades. Por um lado, têm acesso a bolsas e a modalidades temporárias de remuneração, concretizam projectos de investigação e de prestação de serviços, alcançam elevados níveis de internacionalização e de qualidade científica. Por outro lado, são empurrados para situações de precariedade, subemprego, desemprego ou emigração. O vencedor e a generalidade dos outros candidatos ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2011 são exemplos dessa realidade contraditória, injusta e contraproducente.

Mesmo os estudiosos de história contemporânea menos jovens, que foram conseguindo ligação a universidades e a institutos politécnicos portugueses, têm visto diminuir significativamente a sua capacidade de dinamizar projectos de investigação, de prestação de serviços e de divulgação científica. As continuadas reduções do financiamento público do ensino superior e o densificar das exigências em termos de estruturação formal de procedimentos, de acreditação e avaliação, de internacionalização das instituições, implicam que um cada vez maior número de outras tarefas – lectivas, administrativas, de gestão – sejam realizadas por um cada vez menor número de investigadores/docentes.

Urgiria, pois, manter ou, mesmo, ampliar a capacidade de atrair e de formar jovens investigadores em história contemporânea (nacionais e estrangeiros). Dever-se-ia, ainda, reforçar o empenhamento do aparelho de Estado e da “sociedade civil”, quer em incorporar na sua actividade conhecimento científico e tecnológico, quer em contratar mão-de-obra com formação ao nível da pós-graduação (combatendo, em simultâneo, o nepotismo endémico). À semelhança do que já acontece em países mais desenvolvidos, acrescentar-se-iam aos tradicionais sectores de intervenção (investigação científica e tecnológica, ensino e formação, bibliotecas e arquivos) novas áreas de empregabilidade como o património cultural e a museologia, a programação e a animação culturais, o lazer e o turismo, as industriais culturais e a produção de conteúdos multimédia, o *design* e a arquitectura, o urbanismo e o planeamento do território, a cultura organizacional e a gestão, o *marketing* e a publicidade,

as relações internacionais e a diplomacia, etc. Aperfeiçoar-se-ia, também, a rede e assegurar-se-iam melhores condições de funcionamento às instituições públicas de ensino superior.

Para terminar, defendo que, vivendo-se hoje em Portugal uma situação de crise totalizante – económica e financeira, social e cultural, política e ideológica – de âmbito nacional, da União Europeia e global, seria operatório aumentar e não reduzir o investimento feito em investigação sobre história contemporânea (sobre história ou, em geral, a partir de outras ciências sociais). Destaco, nomeadamente, o estudo comparado da “Crise de 1890/1891” (no seguimento do Fontismo) e da “Crise da Troika” (no seguimento da adesão à CEE/UE); das respostas à “Crise de 1929” e à “Crise de 2008”, bem como das respectivas consequências; das opções assumidas após a Primeira Grande Guerra e após a Segunda Guerra Mundial (Tratado de Versalhes e Sociedade das Nações *versus* Acordo de Bretton Woods, Organização das Nações Unidas e “Plano Marshall”/OECE); do modo como keynesianos e monetaristas encaram o modelo de “Estado-Providência”; das implicações de determinadas formas de estruturar o relacionamento entre “sociedade civil”, aparelho de Estado e regime político.

